

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	4.103.541	4.071.649
1.01	Ativo Circulante	554.316	523.107
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.845	10.732
1.01.02	Aplicações Financeiras	167.088	178.386
1.01.03	Contas a Receber	134.916	128.933
1.01.03.01	Clientes	134.916	128.933
1.01.03.01.01	Contas a receber	133.619	127.648
1.01.03.01.02	Contas a receber com Partes relacionadas	1.297	1.285
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.418	9.467
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.418	9.467
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.273	5.785
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	234.776	189.804
1.01.08.03	Outros	234.776	189.804
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	144.022	103.428
1.01.08.03.02	Outros créditos	239	291
1.01.08.03.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	88.924	86.085
1.01.08.03.04	Adiantamento a fornecedores	1.591	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.549.225	3.548.542
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.386.458	1.375.166
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	831	858
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.452	1.388
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.384.175	1.372.920
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais e outras	2.057	2.060
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	1.279.321	1.273.740
1.02.01.09.06	Contas a Receber com Operações de Derivativos	101.689	97.100
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	1.108	20
1.02.03	Imobilizado	69.937	73.954
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	58.841	63.248
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	11.096	10.706
1.02.04	Intangível	2.092.830	2.099.422
1.02.04.01	Intangíveis	2.092.830	2.099.422

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	4.103.541	4.071.649
2.01	Passivo Circulante	1.005.701	1.029.597
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.390	15.808
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.810	2.147
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	15.580	13.661
2.01.02	Fornecedores	25.967	25.683
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.891	25.564
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	76	119
2.01.03	Obrigações Fiscais	74.878	123.746
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	64.824	113.257
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	55.809	100.294
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	9.015	12.963
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10.054	10.489
2.01.03.03.02	ISS a recolher	10.054	10.489
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	830.805	806.435
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	167.933	167.294
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	167.933	167.294
2.01.04.02	Debêntures	662.872	639.141
2.01.05	Outras Obrigações	53.350	53.143
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	17.321	14.314
2.01.05.02	Outros	36.029	38.829
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.879	2.817
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	16.731	19.576
2.01.05.02.07	Contas a pagar com operações de derivativos	16.419	16.436
2.01.06	Provisões	3.311	4.782
2.01.06.02	Outras Provisões	3.311	4.782
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	3.311	4.782
2.02	Passivo Não Circulante	2.601.182	2.557.216
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.116.962	2.082.193
2.02.01.02	Debêntures	2.116.962	2.082.193
2.02.02	Outras Obrigações	280.486	280.800
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	270.522	270.522
2.02.02.02	Outros	9.964	10.278
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	9.964	10.278
2.02.03	Tributos Diferidos	161.660	164.287
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	161.660	164.287
2.02.04	Provisões	42.074	29.936
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	42.074	29.936
2.02.04.01.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	42.074	29.936
2.03	Patrimônio Líquido	496.658	484.836
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	72.986	238.086
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	23.636	188.736
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	176.922	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	525.576	501.410
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-166.212	-168.016
3.02.01	Custo de construção	-28.407	-31.329
3.02.02	Provisão de manutenção	-221	-3.639
3.02.03	Depreciação e amortização	-43.804	-41.698
3.02.04	Custo de outorga	-48.052	-47.496
3.02.05	Serviços	-18.602	-18.864
3.02.06	Custo com pessoal	-17.827	-16.938
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-5.653	-4.401
3.02.08	Outros	-3.646	-3.651
3.03	Resultado Bruto	359.364	333.394
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-38.226	-25.711
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-39.027	-26.252
3.04.02.01	Serviços	-14.698	-13.703
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-5.666	-5.019
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-219	-173
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-1.176	-1.182
3.04.02.05	Outros	-5.130	-4.628
3.04.02.06	Provisão para contingências jurídicas	-12.138	-1.547
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	842	668
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-41	-127
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	321.138	307.683
3.06	Resultado Financeiro	-53.238	-82.014
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	267.900	225.669
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-90.978	-76.255
3.08.01	Corrente	-93.605	-75.786
3.08.02	Diferido	2.627	-469
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	176.922	149.414
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	176.922	149.414
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,01098	0,85379
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,01098	0,85379

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	176.922	149.414
4.03	Resultado Abrangente do Período	176.922	149.414

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	189.593	190.519
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	289.504	290.671
6.01.01.01	Lucro líquido do período	176.922	149.414
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.627	469
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	1.146	1.148
6.01.01.04	Depreciação e amortização	44.980	42.880
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	42	128
6.01.01.07	Juros e var.monet.s/debêntures, emprest. e financ.	62.583	72.922
6.01.01.08	Variação cambial s/ empréstimos e financiamentos	1.125	-7.725
6.01.01.09	Juros e vari.monet. s/mútuo c/partes relacion.	4.572	8.784
6.01.01.11	Provisão para perda esperada – contas a receber	-32	-205
6.01.01.12	Provisão para riscos trabalhistas tributários e previdenciários	12.922	3.424
6.01.01.13	Constituição(reversão) da provisão de manutenção	221	3.639
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	90	1.116
6.01.01.15	Capitalização de custo de empréstimos	-4.014	-3.046
6.01.01.16	Resultado de operações com derivativos	-8.430	17.723
6.01.01.17	Variação cambial s/ fornecedores estrangeiros	4	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-99.911	-100.152
6.01.02.01	Contas a receber com clientes	-5.939	1.219
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-76	-96
6.01.02.03	Tributos a recuperar	6.961	2.062
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.594	1.322
6.01.02.05	Despesas antecipadas e outorga fixa	-47.321	-46.101
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	-1.591	-274
6.01.02.07	Fornecedores	280	-3.771
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	-870	296
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	1.582	2.378
6.01.02.10	Impostos e contrib. a recolher e parcelados e provisão para impostos	81.518	71.692
6.01.02.11	Pagamento de IR e CS	-130.386	-108.699
6.01.02.12	Obrigações com o Poder concedente	62	0
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-1.782	-17.465
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-3.159	-837
6.01.02.15	Pagamento para provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-784	-1.878
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-19.796	-31.757
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-2.408	-3.884
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-28.686	-27.873
6.02.03	Aplicações financeiras	11.298	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-168.684	-147.487
6.03.01	Liquidação de Operações com Derivativos	-1.878	-5.665
6.03.02	Emprest., financ. e debêntures - pagamento de principal	0	-128.299
6.03.03	Emprest., financ. e debêntures - pagamento de juros	-1.622	-13.523
6.03.04	Empréstimos, financiamentos e debêntures - custos de transação	-84	0
6.03.05	Dividendos pagos a acionistas controladores	-165.100	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.113	11.275
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.732	252.493
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.845	263.768

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	238.086	0	0	484.836
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	238.086	0	0	484.836
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-165.100	0	0	-165.100
5.04.06	Dividendos	0	0	-165.100	0	0	-165.100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	176.922	0	176.922
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	176.922	0	176.922
5.07	Saldos Finais	246.750	0	72.986	176.922	0	496.658

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	240.634	0	0	487.384
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	240.634	0	0	487.384
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	149.414	0	149.414
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	149.414	0	149.414
5.07	Saldos Finais	246.750	0	240.634	149.414	0	636.798

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	570.843	543.353
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	566.829	540.307
7.01.02	Outras Receitas	4.014	3.046
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-87.198	-80.703
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-26.468	-25.718
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-32.102	-20.017
7.02.04	Outros	-28.628	-34.968
7.02.04.01	Custo de construção	-28.407	-31.329
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-221	-3.639
7.03	Valor Adicionado Bruto	483.645	462.650
7.04	Retenções	-44.980	-42.880
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-44.980	-42.880
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	438.665	419.770
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	33.940	226.190
7.06.02	Receitas Financeiras	33.940	226.190
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	472.605	645.960
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	472.605	645.960
7.08.01	Pessoal	20.729	19.718
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.577	13.918
7.08.01.02	Benefícios	4.979	4.833
7.08.01.03	F.G.T.S.	756	663
7.08.01.04	Outros	417	304
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	135.642	118.023
7.08.02.01	Federais	108.400	92.234
7.08.02.02	Estaduais	219	204
7.08.02.03	Municipais	27.023	25.585
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	139.312	358.805
7.08.03.01	Juros	90.845	310.937
7.08.03.02	Aluguéis	415	370
7.08.03.03	Outras	48.052	47.498
7.08.03.03.01	Direito de Outorga	48.052	47.498
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	176.922	149.414
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	176.922	149.414

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

Janeiro a Março/2018

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1T17.

1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 497,2 milhões (+5,8%);
- O EBIT atingiu R\$ 321,1 milhões (+4,4%) e a margem EBIT 61,1% (3,2 p.p.);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 367,4 milhões (+3,4%) e a margem EBITDA ajustada 73,9% (1,7 p.p);
- O lucro líquido atingiu R\$ 176,9 milhões (18,4%);

Indicadores (R\$ MM)	1T18	1T17	Var.%
Receita Líquida Operacional*	497,2	470,1	5,8%
EBIT	321,1	307,7	4,4%
Margem EBIT Ajustada	64,6%	65,5%	-0,9 p.p.
EBITDA (ajustado)	367,4	355,3	3,4%
Margem EBITDA (ajustada)	73,9%	75,6%	-1,7 p.p.
Lucro Líquido	176,9	149,4	18,4%

*Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos.

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unid. (Veq ¹)	1T18	1T17	Var.%
Veículos de Passeio (Eq)	30.716.720	30.027.418	2,3%
Veículos Comerciais (Eq)	34.506.168	33.092.132	4,3%
Veículos Equivalentes	65.222.888	63.119.550	3,3%

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Comentário do Desempenho

Tráfego consolidado (3,3%)

O tráfego consolidado apresentou um aumento de 3,3% sobre o mesmo período do ano anterior.

Veículos de passeio (2,3%)

A categoria apresentou um aumento de 2,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Veículos comerciais (4,3%)

A categoria apresentou um aumento de 4,3% no 1T18 em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido à conjuntura econômica.

1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Vide Contexto operacional.

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional (R\$ mil)	1T18	1T17	Var.%
Receita de Pedágio	528.943	502.243	5,3%
Receita Partes Relacionadas	755	751	0,5%
Receitas Acessórias	8.724	5.984	45,8%
Receita Bruta Operacional Total	538.422	508.978	5,8%

Receita Bruta de Construção (R\$ mil)	1T18	1T17	Var.%
Total	28.407	31.329	-9,3%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a receita e o custo de construção de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR AutoBAN, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

No 1T18 os principais investimentos realizados pela companhia foram as implantações: do Complexo Jundiá e da alça de retorno no km 38+250, na Rodovia Anhanguera e da faixa adicional do km 60+384 ao 55+600, pista Sul na Rodovia dos Bandeirantes.

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 1T18 (conforme demonstrado no quadro 1.1) é 5,8% maior do que o mesmo período do ano anterior.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 7,65% sobre a receita operacional bruta, totalizaram o valor de R\$ 41,2 milhões.

Comentário do Desempenho

Custos e despesas totais

Custos (R\$ mil)	1T18	1T17	Var.%
Custo de Construção	28.407	31.329	-9,3%
Provisão de Manutenção	221	3.639	-93,9%
Depreciação e Amortização	44.980	42.880	4,9%
Custo da Outorga	48.052	47.498	1,2%
Serviços de Terceiros	33.300	32.567	2,3%
Pessoal	23.493	21.957	7,0%
Materiais, Equipamentos e Veículos	5.872	4.574	28,4%
Outros	20.113	9.283	116,7%
Custos Totais	204.438	193.727	5,5%

Custo de construção: O custo de construção sofreu uma redução de 9,3% no 1T18 comparado ao 1T17. Esta alteração reflete o cronograma de investimentos do período, principalmente pela implantação do Complexo Jundiá.

Provisão de manutenção: A provisão de manutenção sofreu uma redução 93,9% no 1T18, devido ao fim das manutenções programadas estabelecidas no contrato de concessão.

Depreciação e amortização: O aumento das despesas no 1T18, em comparação ao 1T17 se deve ao início da depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 2T17 e o 1T18.

Custo da outorga: Este grupo de custos é impactado pela outorga variável, bem como o reajuste da outorga fixa incorrido em julho de 2017.

Serviços de Terceiros: Os valores do 1T18 estão 2,3% maiores do que no 1T17, principalmente devido ao aumento nos custos com a recuperação do pavimento flexível.

Pessoal: Os valores do 1T18 estão 7,0% superiores ao 1T17 substancialmente devido ao dissídio, bem como ao aumento das indenizações e rescisões contratuais.

Materiais, Equipamentos e Veículos: Os valores do 1T18 estão 28,4% superiores ao 1T17 substancialmente devido ao aumento na manutenção de veículos e na compra de materiais para manutenção e conservação.

Outros: Os valores do 1T18 estão 116,7% maiores do que no 1T17, devido principalmente ao complemento de provisões para contingências jurídicas.

Comentário do Desempenho

EBITDA

Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)	1T18	1T17	Var.%
Lucro Líquido	176,9	149,4	18,4%
(+) IR/CS	91,0	76,3	19,3%
(+) Resultado Financeiro Líquido	53,2	82,0	-35,1%
(+) Depreciação e Amortização	45,0	42,9	4,9%
EBITDA (a)	366,1	350,6	4,4%
Margem EBITDA (a)	69,7%	69,9%	-0,2 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	1,1	1,1	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	0,2	3,6	-94,4%
EBITDA ajustado	367,4	355,3	3,4%
Margem EBITDA ajustada (d)	73,9%	75,6%	-1,7 p.p.

EBIT

Reconciliação EBIT (R\$ MM)	1T18	1T17	Var.%
Lucro Líquido	176,9	149,4	18,4%
(+) IR/CS	91,0	76,3	19,3%
(+) Resultado Financeiro Líquido	53,2	82,0	-35,1%
EBIT (a)	321,1	307,7	4,4%
Margem EBIT (a)	61,1%	61,4%	-0,3 p.p.
Margem EBIT Ajustada (e)	64,6%	65,5%	-0,9 p.p.

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas Receitas Líquidas Operacionais, o que exclui as receitas de construção.

(e) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Comentário do Desempenho

Resultado financeiro líquido

Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	1T18	1T17	Var. %
Despesas Financeiras	87,3	308,2	-71,7%
Juros e Variações Monetárias	62,6	72,9	-14,1%
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	8,0	2,0	300,0%
Juros e variações monetárias sobre mútuos	4,6	8,8	-47,7%
Perda com operações de derivativos	10,1	126,9	-92,0%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	0,1	1,1	-90,9%
Capitalização de custos dos empréstimos	-4,0	-3,0	33,3%
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	5,1	98,6	-94,8%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	0,8	0,9	-11,1%
Receitas Financeiras	-34,0	-226,2	-85,0%
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-6,9	-9,8	-29,6%
Ganho com operações de derivativos	-15,7	-128,9	-87,8%
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	-8,0	-78,8	-89,8%
Rendimento sobre aplicações financeiras	-3,1	-8,0	-61,3%
Juros e outras receitas financeiras	-0,3	-0,7	-0,6
Resultado Financeiro Líquido	53,3	82,0	-35,0%

O Resultado Financeiro Líquido no 1T18 variou -35,0% comparado com o 1T17, principalmente pela variação dos indexadores das dívidas, da liquidação antecipada da 4º emissão de notas promissórias e amortização de parte do endividamento.

2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes (un)	1T18	1T17	Var. %
Total de acidentes	1.335	1.542	-13,4%
Total de vítimas	780	968	-19,4%

Comentário do Desempenho

4. Considerações finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2018

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 18 de abril de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
 - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira.
 - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124.
 - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira.
 - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira.
 - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba.
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21.
 - Recuperação do trevo do km 62.

- Na Rodovia dos Bandeirantes:
 - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira.
 - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas.
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km (2,7 km da margem esquerda e 3,2 km da margem direita) das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

Notas Explicativas

Processo de investigação

Em 23 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a CCR S.A., sua controladora, a Companhia e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. O assunto foi objeto de Comunicado ao Mercado pela controladora CCR S.A., divulgado em 24 de fevereiro de 2018.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, da controladora CCR S.A., de 28 de fevereiro de 2018, foi deliberada a criação de um Comitê Independente que – em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada em investigação corporativa – iniciou o procedimento de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo.

Em 28 de fevereiro e 12 de março de 2018, a controladora CCR S.A., divulgou fatos relevantes informando ao mercado não só a criação do Comitê Independente, como sua composição e a seleção pelo Comitê Independente dos seus assessores jurídicos e de empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, como acima referido. Como divulgado no Fato Relevante de 28 de fevereiro, as conclusões do Comitê Independente serão submetidas ao Conselho de Administração, da controladora CCR S.A., que deliberará quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Em 3 de maio de 2018, a controladora CCR S.A. recebeu do Ministério Público do Estado de São Paulo, pedido de informações, no âmbito de Inquérito Civil, sobre os fatos noticiados pela imprensa. O prazo para resposta à referida solicitação é o dia 14 de maio de 2018.

As investigações conduzidas pelo Comitê Independente ainda estão em andamento e, portanto, não é possível determinar se, ao final dos trabalhos, serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia.

Com base nos elementos que possui até o momento, a Companhia e sua controladora CCR S.A., em conjunto com seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas suas informações financeiras trimestrais da Companhia e concluiu que os fatos veiculados, se ocorreram, não trariam efeitos materiais às mesmas.

A Companhia está sujeita à Lei 12.846 e, se os fatos veiculados se provarem verdadeiros, poderá ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia. Entretanto, no momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventual provisão para contingências sobre este assunto informações financeiras trimestrais.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

Notas Explicativas

i. Processo nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo 053.02.022800-0)

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo nº 053.02.022800-0), ajuizada em 28 de agosto de 2002, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a AutoBAN e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAN, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a AutoBAN foi incluída posteriormente no polo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Contra essa decisão, a AutoBAN apresentou recursos aos tribunais superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. Em primeira instância, a AutoBAN apresentou contestação em 10 julho de 2014. Em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação. Em 20 de março de 2018, o Ministério Público interpôs o recurso de Apelação que aguarda julgamento.

i. Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela AutoBAN, solicitação da ARTESP para apresentação de defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a AutoBAN foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAN apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1040370-54.2014.8.26.0053 contra a AutoBAN pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 16/06.

A AutoBAN ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1030436-72.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 16/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Após ter sido negada a produção de prova pericial nas ações, foi proferida sentença julgando procedente o pedido formulado na ação do Estado e da ARTESP, e julgando improcedente o pedido formulado na ação da AutoBAN. Contra essa sentença, a AutoBAN apresentou embargos de declaração que foram rejeitados. A AutoBAN apresentou recurso de apelação em 05 de outubro de 2015. Em 15 de março de 2016, foi proferido despacho (i) recebendo o recurso de apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo, (ii) abrindo vistas ao Estado e à ARTESP para apresentar contrarrazões e (iii) determinando o encaminhamento dos autos ao Tribunal de Justiça de São Paulo após o cumprimento das duas providências anteriores.

Notas Explicativas

O recurso de apelação seria julgado em 06 de fevereiro de 2017. Porém, em 31 de janeiro de 2017, a Companhia apresentou pedido de tutela de urgência ao STJ para suspender o julgamento de tal recurso de apelação até que se decidisse a questão sobre provas pelos tribunais superiores. Em 03 de fevereiro de 2017, o STJ deferiu parcialmente o pedido liminar, determinando a suspensão, por ora, do julgamento da apelação interposta pela AutoBAN, até que haja manifestação pelo Estado de São Paulo e ARTESP, quando então o Ministro relator examinará se o pedido liminar concedido será ou não mantido. Em 06 de fevereiro de 2017, a 5ª Câmara de Direito Público do TJSP acatou tal decisão proferida pelo STJ e não julgou o mérito. Por outro lado, na mesma ocasião, a 5ª Câmara declinou de sua competência para julgar a apelação da AutoBAN, determinando a remessa do recurso à 3ª Câmara de Direito Público do TJSP. Contra essa decisão, a AutoBAN e o Estado de São Paulo apresentaram embargos de declaração requerendo que seja reconhecida a competência da 5ª Câmara para processar e julgar o recurso de apelação.

Os embargos de declaração apresentados pelas partes foram rejeitados em 30 de maio de 2017. Em 06 de junho de 2017, a AutoBAN apresentou incidente de Dúvida de Competência perante a Turma Especial de Direito Público do TJSP, que foram julgados em 15 de setembro de 2017, tendo sido reconhecida a competência da 5ª Câmara de Direito Público para julgar o mérito da apelação da AutoBAN.

No STJ, o Estado de São Paulo e a ARTESP apresentaram manifestação quanto à liminar que determinou a suspensão do julgamento do recurso de apelação. Em 27 de fevereiro de 2018, iniciou-se o julgamento colegiado do pedido de tutela provisória e do recurso que trata da necessidade da realização de prova pericial. O Ministro Relator Og Fernandes votou no sentido de dar provimento parcial ao recurso da AutoBAN para fins de declarar a nulidade da sentença de primeira instância. Por essa razão, entendeu que o pedido de tutela provisória restaria prejudicado. O julgamento foi, então, suspenso em razão do pedido de vista do Ministro Herman Benjamin, situação essa que permanece a mesma até a presente data.

A AutoBAN propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019925-66.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 08 de outubro de 2014 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 20 de fevereiro de 2015, a Concessionária interpôs recurso de apelação, que teve o seu provimento negado em acórdão publicado em 31 de maio de 2016. Ambas as partes interpuseram recursos às instâncias superiores. Os recursos especial e extraordinário interpostos pela AutoBAN foram inadmitidos e, em 06 de abril de 2017, a AutoBAN interpôs agravos contra a inadmissão do recurso especial e recurso extraordinário, que aguardam julgamento.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a Controladora e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB"), para o Consolidado, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 - Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 10 de maio de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITRs.

3. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2018, dos Pronunciamentos CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes e CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contratos com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, (substituindo as normas anteriores que dispunham sobre o reconhecimento de receitas: CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30 - Programas de Fidelidade com o Cliente). Em resumo, foi estabelecido um modelo de cinco etapas para a contabilização de receitas, de tal forma que é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a entidade espera ter o direito em troca da transferência de controle dos bens e/ou serviços para um cliente.

O CPC 47/ IFRS 15 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros (substituindo o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias requeridas para mensuração no CPC 48 / IFRS 9, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
Contas receber	^a Empréstimos recebíveis ^e	Custo amortizado	127.648	127.648
Contas receber - partes relacionadas	^a Empréstimos recebíveis ^e	Custo amortizado	2.673	2.673

Notas Explicativas

ii. *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar – operações com derivativos e alguns empréstimos e financiamentos e debêntures. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 31 de março de 2018, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 451.385 (R\$ 506.490 em 31 de dezembro de 2017), substancialmente composto por debêntures, detalhados na nota explicativa nº 14. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	11.845	10.732
	<u>11.845</u>	<u>10.732</u>
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	167.088	178.386
	<u>167.088</u>	<u>178.386</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,13% do CDI, equivalente a 6,67% ao ano (99,32 % do CDI, equivalente a 9,83% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

7. Contas a receber

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	2.333	1.705
Pedágio eletrônico (b)	<u>131.432</u>	<u>126.121</u>
	133.765	127.826
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(146)</u>	<u>(178)</u>
	<u>133.619</u>	<u>127.648</u>

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos a vencer	132.845	127.460
Créditos vencidos até 60 dias	751	151
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	23	37
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	62	119
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>84</u>	<u>59</u>
	<u>133.765</u>	<u>127.826</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada para a Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	267.900	225.669
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(91.086)	(76.727)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(78)	(71)
Despesas indedutíveis	(144)	(202)
Incentivo relativo ao imposto de renda	327	847
Outros ajustes tributários	<u>3</u>	<u>(102)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(90.978)</u>	<u>(76.255)</u>
Impostos correntes	(93.605)	(75.786)
Impostos diferidos	<u>2.627</u>	<u>(469)</u>
	<u>(90.978)</u>	<u>(76.255)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,96%</u>	<u>33,79%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bases Ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	183.400	183.814
Constituição da provisão de manutenção	1.126	1.628
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	14.305	10.179
Provisão para perda esperada - contas a receber	125	183
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.088	1.642
Outros	<u>300</u>	<u>303</u>
	<u>201.344</u>	<u>197.749</u>
Bases Passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(307.849)	(310.456)
Ganho nas operações com derivativos	(51.340)	(47.383)
Variação cambial	<u>(3.815)</u>	<u>(4.197)</u>
	<u>(363.004)</u>	<u>(362.036)</u>
Passivo diferido líquido	<u>(161.660)</u>	<u>(164.287)</u>

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

Notas Explicativas

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Circulante	4.585	4.585	139.437	98.843	144.022	103.428
	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Não Circulante	37.060	38.206	1.242.261	1.235.534	1.279.321	1.273.740

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamento ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e à indenização de contratos sub-rogados. Tais antecipações foram ativadas e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo da concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações				Saldos		
					Ativo	Passivo	
	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras	Contas a receber	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
Controladora							
CCR	5.350 (a)	-	-	4.572 (c)	5 (a)	278.329 (c)	1.674 (a)
Outras partes relacionadas							
CPC	10.148 (b)	-	408	-	296 (b)	-	3.214 (b)
ViaOeste	-	-	-	-	3 (e)	-	-
MSVia	-	-	-	-	1 (e)	-	1 (e)
Samm	-	-	347 (d)	-	2.444 (d)	-	49 (d)
Camargo Correa	-	13.209 (f)	-	-	-	-	4.576 (f)
Total circulante, 31 de março de 2018					1.297	7.807	9.514
Total não circulante, 31 de março de 2018					1.452	270.522	-
Total, 31 de março de 2018	15.498	13.209	755	4.572	2.749	278.329	9.514
Total, 31 de dezembro de 2017					2.673	273.757	11.079
Total, 31 de março de 2017	18.464	21.249	751	8.784			

Despesas com profissionais chave da administração

	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração: (g)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	595	587
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	314	285
Seguro de vida	1	1
	910	873

Notas Explicativas

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Remuneração dos administradores (g)	1.618	1.350

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 06 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 6.300, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do RodoAnel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros, de 105% do CDI, serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o RodoAnel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI;
- (d) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (f) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a implantação de novo sistema viário para acesso ao município de Jundiaí, com vigência de 16 de maio de 2016 a 30 de outubro de 2018. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor; e
- (g) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	<u>31/12/2017</u>		<u>31/03/2018</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (a)</u>	<u>Saldo final</u>
Móveis e utensílios	3.095	-	(14)	3	3.084
Máquinas e equipamentos	49.498	-	(66)	546	49.978
Veículos	20.262	-	(466)	772	20.568
Equipamentos operacionais	149.822	-	(5)	644	150.461
Imobilizações em andamento	10.706	2.612	-	(2.222)	11.096
	<u>233.383</u>	<u>2.612</u>	<u>(551)</u>	<u>(257)</u>	<u>235.187</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 204 no período trimestre findo em 31 de março de 2018 (R\$ 347 no 1º trimestre de 2017). A taxa média de

Notas Explicativas

capitalização no 1º trimestre de 2018 foi de 0,44% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,60% a.m. no 1º trimestre de 2017.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2017		31/03/2018	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
		Móveis e utensílios	10	(1.943)	(56)
Máquinas e equipamentos	13	(25.456)	(1.449)	60	(26.845)
Veículos	25	(13.572)	(863)	435	(14.000)
Equipamentos operacionais	14	(118.458)	(3.962)	3	(122.417)
		(159.429)	(6.330)	509	(165.250)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Intangível

Movimentação do custo

	31/12/2017		31/03/2018	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	3.240.395	31.801	7.111	3.279.307
Direitos de uso de sistemas informatizados	14.261	-	257	14.518
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.457	-	-	5.457
	3.260.113	31.801	7.368	3.299.282

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 3.810 no trimestre findo em 31 de março de 2018 (R\$ 2.699 no 1º trimestre de 2017). A taxa média de capitalização no 1º trimestre de 2018 foi de 0,44% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,66% a.m. no 1º trimestre de 2017.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização	31/12/2017		31/03/2018	
		Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(1.145.065)	(38.194)	(7.111)	(1.190.370)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(10.423)	(416)	-	(10.839)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.203)	(40)	-	(5.243)
		(1.160.691)	(38.650)	(7.111)	(1.206.452)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

Notas Explicativas

13. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Vencimento Final	31/03/2018	31/12/2017
Em moeda estrangeira						
1. Bank of America NA (a)	LIBOR 3M + 2,60% a.a.	N/I	-	Abril de 2018	167.933	167.294 (b)
Subtotal em moeda estrangeira					<u>167.933</u>	<u>167.294</u>
Total geral					<u>167.933</u>	<u>167.294</u>
					31/03/2018	31/12/2017
Circulante						
Empréstimos e financiamentos					<u>167.933</u>	<u>167.294</u>

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 20 para maiores detalhes).

Garantias:

- (b) Não existem garantias.

14. Debêntures e notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldo dos custos a apropriar em 31/03/2018	Vencimento Final	31/03/2018	31/12/2017
1. 5a Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	5,3598% (a)	9.147	1.197	Outubro de 2018	612.703	601.993 (e)
4. 5a Emissão - (Notas promissórias)	106,75% do CDI	0,2246% (b)	4.629	3.988	Outubro de 2020	710.708	698.450 (e)
2. 6a Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	5,7635% (a)	7.650	2.660	Outubro de 2019	491.227	478.918 (e)
2. 6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	215.710	210.705 (e)
3. 8a Emissão - Série única	IPCA + 5,4705% a.a.	5,8694% (a)	11.925	10.530	Julho de 2022	749.486	731.268 (e)
Total geral						<u>2.779.834</u>	<u>2.721.334</u>
						31/03/2018	31/12/2017
Circulante							
Debêntures e notas promissórias						669.465	646.155
Custos de transação						<u>(6.593)</u>	<u>(7.014)</u>
						<u>662.872</u>	<u>639.141</u>
Não Circulante							
Debêntures e notas promissórias						2.128.744	2.095.290
Custos de transação						<u>(11.782)</u>	<u>(13.097)</u>
						<u>2.116.962</u>	<u>2.082.193</u>

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.
- (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

Notas Explicativas

Garantias:

(e) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>31/03/2018</u>
2019	680.234
2020	714.696
2022	<u>733.814</u>
Total	<u><u>2.128.744</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2017</u>		<u>31/03/2018</u>			<u>Saldo final</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização de bases processuais e monetária</u>	
Não circulante						
Cíveis	3.472	2.722	(1.156)	(46)	80	5.072
Trabalhistas e previdenciários	2.611	461	(241)	(204)	13	2.640
Tributários	<u>23.853</u>	<u>2.207</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.302</u>	<u>34.362</u>
	<u><u>29.936</u></u>	<u><u>5.390</u></u>	<u><u>(1.397)</u></u>	<u><u>(250)</u></u>	<u><u>8.395</u></u>	<u><u>42.074</u></u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no trimestre findo em 31 de março de 2018, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 374 e R\$ 160, respectivamente (R\$ 1.362 e R\$ 516 respectivamente em 31 de março de 2017).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

Notas Explicativas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cíveis e administrativo	6.446	8.280
Trabalhistas e previdenciários	3.013	2.499
Tributárias	<u>5.675</u>	<u>3.916</u>
	<u>15.134</u>	<u>14.695</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de março de 2018 é de R\$ 83.060 (R\$ 80.331 em 31 de dezembro de 2017).

16. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/03/2018</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/ reversão de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	4.782	221	90	(1.782)	3.311
	<u>4.782</u>	<u>221</u>	<u>90</u>	<u>(1.782)</u>	<u>3.311</u>

As taxas anuais de 2017 e 2018, para cálculo do valor presente, são de 13,93% e 7,77%, respectivamente.

17. Patrimônio líquido**a. Lucro por ação básico e diluído**

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Numerador		
Lucro líquido	176.922	149.414
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>
Lucro por ação - básico e diluído	1,01098	0,85379

b. Dividendos

Em 27 de fevereiro de 2018, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária o pagamento de dividendos à conta de Reserva de Retenção de Lucros do exercício de 2017 no montante de R\$ 135.000, correspondente a R\$ 0,771 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 28 de fevereiro de 2018.

Em 28 de março de 2018, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária o pagamento de dividendos à conta de Reserva de Retenção de Lucros do exercício de 2017 no montante de R\$ 30.100, correspondente a R\$ 0,172 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 29 de março de 2018.

Notas Explicativas

18. Receitas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receitas de pedágio	528.943	502.243
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	28.407	31.329
Receitas de partes relacionadas	755	751
Receitas acessórias	8.724	5.984
Receita bruta	<u>566.829</u>	<u>540.307</u>
Impostos sobre receitas	(41.249)	(38.885)
Abatimentos	(4)	(12)
Deduções das receitas brutas	<u>(41.253)</u>	<u>(38.897)</u>
Receita líquida	<u><u>525.576</u></u>	<u><u>501.410</u></u>

19. Resultado financeiro

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	(41.283)	(57.401)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(4.572)	(8.784)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	(21.300)	(15.521)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(8.005)	(2.025)
Perda com operações de derivativos	(10.093)	(126.925)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(90)	(1.116)
Capitalização de custos dos empréstimos	4.014	3.046
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(5.089)	(98.551)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(4)	-
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(756)	(927)
	<u>(87.178)</u>	<u>(308.204)</u>
Receitas Financeiras		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	6.880	9.750
Ganho com operações de derivativos	15.660	128.935
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	7.952	78.818
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.100	8.020
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	3
Juros e outras receitas financeiras	348	664
	<u>33.940</u>	<u>226.190</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(53.238)</u>	<u>(82.014)</u>

20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	31/03/2018			31/12/2017		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	167.088	-	-	178.386	-	-
Contas a receber	-	133.619	-	-	127.648	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	2.749	-	-	2.673	-
Contas a receber - operações de derivativos	190.613	-	-	183.185	-	-
Passivos						
Empréstimo em moeda estrangeira (a)	(167.933)	-	-	(167.294)	-	-
Debêntures e notas promissórias (a)	(1.103.930)	-	(1.675.904)	(1.080.911)	-	(1.640.423)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(52.662)	-	-	(55.537)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(9.514)	-	-	(11.079)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(278.329)	-	-	(273.757)
Contas a pagar - operações com derivativos	(16.419)	-	-	(16.436)	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(2.879)	-	-	(2.817)
	<u>(930.581)</u>	<u>136.368</u>	<u>(2.019.288)</u>	<u>(903.070)</u>	<u>130.321</u>	<u>(1.983.613)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado. O valor justo pode ser considerado como semelhante ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) não produziria diferenças significativas entre ambos.
- **Contas a receber e contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber e a pagar com derivativos** - Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Obrigações com o poder concedente** – consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** – A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados *swaps* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value option*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo enquanto a dívida seria pelo custo amortizado. Caso este empréstimo fosse mensurado pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 167.567, conforme detalhado abaixo:

Taxa contratual da dívida	Taxa contratual - <i>Swap</i>	Custo amortizado (a)
Libor de 3 meses + 2,60% a.a.	124,80% do CDI	167.567

Notas Explicativas

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (B3 e Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom limpo.

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 1.084.524 em 31 de março de 2018, conforme detalhado abaixo:

Série	Taxa contratual	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
5a Emissão - Série única	IPCA + 4,88% a.a.	88,75% do CDI	608.694
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	94,86% até 98,9% do CDI	475.830
			1.084.524

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 14.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado:** Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e notas promissórias (a) (b)	1.690.422	1.748.531	1.655.778	1.700.072

(a) Os valores contábeis estão brutos do custo de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados:

Notas Explicativas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	167.088	178.386
Derivativos	174.194	166.749
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(167.933)	(167.294)
Debêntures e notas promissórias	(1.103.930)	(1.080.911)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamentos futuros em moeda estrangeira, além de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de swap para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, para a totalidade da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Riscos cambiais	(564)	(11.321)
Riscos de juros	<u>6.131</u>	<u>13.331</u>
Total	<u>5.567</u>	<u>2.010</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras, nas taxas de juros e aplicações financeiras.

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Abril de 2018	167.526	Aumento da cotação do USD	-	(41.882)	(83.763)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Abril de 2018	(167.746)	Diminuição da cotação do USD	-	41.937	83.873
			<u>Efeito de Ganho ou (Perda)</u>	<u>-</u>	<u>55</u>	<u>110</u>
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				<u>-</u>	<u>55</u>	<u>110</u>
Moedas em 29/03/2018:						
	Dólar ⁽²⁾			3,3238	4,1548	4,9857

(1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação.

(2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 29/03/2018, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros e aplicações financeiras

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 5ª Emissão	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	608.694	(25.022)	(27.267)	(29.506)
Debêntures - 6ª Emissão	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	691.540	(57.082)	(61.968)	(66.854)
Debêntures - 8ª Emissão	Aumento do IPC-A	Julho de 2022	760.016	(63.066)	(68.438)	(73.810)
Notas Promissórias - 5ª Emissão	Aumento do CDI	Outubro de 2020	714.696	(48.454)	(60.594)	(72.746)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	(608.694)	25.022	27.267	29.506
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(317.220)	26.184	28.426	30.667
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(157.879)	13.032	14.147	15.263
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	528.010	(16.019)	(19.945)	(23.841)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	257.511	(16.016)	(20.016)	(24.015)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	133.881	(8.036)	(10.041)	(12.043)
Swap CDI x Prefixado (ponta ativa)	Diminuição do CDI	Outubro de 2018	(528.010)	16.019	19.945	23.841
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses ⁽⁴⁾	Abril de 2018	167.526	(567)	(624)	(681)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Abril de 2018	179.898	(1.052)	(1.305)	(1.556)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses ⁽⁴⁾	Abril de 2018	167.746	(608)	(675)	(743)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI ⁽⁵⁾		167.068	10.970	13.715	16.461
Efeito líquido				(144.695)	(167.373)	(190.057)
Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e derivativos				(155.665)	(181.088)	(206.518)
Efeito sobre as aplicações financeiras				10.970	13.715	16.461
Total do efeito de ganho ou (perda)				(144.695)	(167.373)	(190.057)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
	CDI ⁽²⁾			6,39%	7,99%	9,59%
	IPC-A ⁽³⁾			2,68%	3,35%	4,02%
	LIBOR 3 meses ⁽⁴⁾			2,3118%	2,8897%	3,4676%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (5) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 29/03/2018, divulgada pela B3/CETIP;
- (3) Refere-se à variação acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Refere-se à taxa libor de 3 meses, divulgada pela ICE (Interbank Offered Rate) em 29/03/2018;
- (5) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira; e
- (6) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 29/03/2018 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

21. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até abril de 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

Notas Explicativas

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Outorga fixa	28.713	114.853	28.597	113.692

Esses compromissos, atualizados até 31 de março de 2018, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2018	<u>28.713</u>	<u>28.597</u>
	<u>28.713</u>	<u>28.597</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga no início da concessão, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 86.140, referente a outorga fixa, sendo R\$ 74.235 em caixa e R\$ 11.905 através de encontro de contas financeiros, referente ao direito de outorga fixa (R\$ 84.806 em 31 de março de 2017, sendo R\$ 73.184 em caixa e R\$ 11.622 através de encontro de contas financeiros).

A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do período, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 8.025 referente ao direito de outorga variável (R\$ 7.644 em 31 de março de 2017).

b. Compromissos relativos às concessões

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Compromisso de investimento	<u>46.121</u>	<u>72.713</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

Notas Explicativas

22. Demonstração do fluxo de caixa

a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no trimestre findo em 31 de março de 2018 e 2017. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Fornecedores - partes relacionadas	695	3.303
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>695</u>	<u>3.303</u>
Adições ao ativo intangível	(695)	(3.303)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(695)</u>	<u>(3.303)</u>

b. A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	Empréstimos e Financiamento	Debêntures e notas promissórias	Mútuos com partes relacionadas	Dividendos a pagar	Operações com derivativos	Total
Saldo Inicial	(167.294)	(2.721.334)	(273.757)	-	166.749	(2.995.636)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						-
Custos de transação	-	84	-	-	-	84
Pagamentos de juros	1.622	-	-	-	-	1.622
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	-	1.878	1.878
Dividendos pagos	-	-	-	165.100	-	165.100
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>1.622</u>	<u>84</u>	<u>-</u>	<u>165.100</u>	<u>1.878</u>	<u>168.684</u>
Outras variações						
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(2.831)	(60.877)	(4.572)	-	-	(68.280)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	570	2.293	-	-	5.567	8.430
Outras variações que não afetam caixa	-	-	-	(165.100)	-	(165.100)
Total das outras variações	<u>(2.261)</u>	<u>(58.584)</u>	<u>(4.572)</u>	<u>(165.100)</u>	<u>5.567</u>	<u>(224.950)</u>
Saldo Final	<u>(167.933)</u>	<u>(2.779.834)</u>	<u>(278.329)</u>	<u>-</u>	<u>174.194</u>	<u>(3.051.902)</u>

23. Eventos subsequentes

Empréstimos

Em 24 de abril de 2018, foi liquidado o contrato de empréstimo com o Bank of America NA

Dividendos

Em 26 de abril de 2018, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos do exercício de 2017 no montante de R\$ 12.250, correspondente a R\$ 0,07 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de abril de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da,
Concessionária do Sistema Anhanguera- Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera- Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase – Processo de investigação

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº1 às informações trimestrais, que descreve que a Companhia, sua Controladora CCR S.A. e determinadas companhias integrantes do grupo CCR, foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. Conforme mencionado na referida nota, sua controladora CCR S.A. criou um Comitê Independente que, em conjunto com seus assessores jurídicos e com empresa internacional de consultoria especializada, iniciaram investigação para apuração dos fatos noticiados. A Companhia, em conjunto com sua controladora CCR S.A., e seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas informações trimestrais da Companhia e concluiu que, se houver, não seriam materiais às mesmas. Todavia, as investigações ainda estão em andamento e portanto, não é possível determinar se serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia, bem como se haverá qualquer efeito da Lei 12.846 em decorrência desse assunto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2018.

Jundiaí, 10 de maio de 2018.

SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2018.

Jundiaí, 10 de maio de 2018.

SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional